

# V Simpósio de Filosofia da UEM

Linguagem, Enunciado e Semântica

Caderno de Resumos



# V Simpósio de Filosofia da UEM

Linguagem, Enunciado e Semântica

Realização:



Apoio:



Auditório do Bloco I-12  
10 a 12 de novembro de 2010

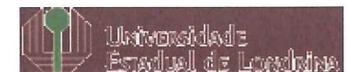
**CADERNO DE RESUMOS**

**V SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM  
LINGUAGEM, ENUNCIADO  
E SEMÂNTICA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Auditório do Bloco I-12  
10 a 12 de novembro de 2010**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

**Reitor:** Prof. Dr. Júlio Santiago Prates Filhos

**Vice-Reitora:** Prof. Dra. Neusa Altoé

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretor:** Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

**Diretora Adjunta:** Prof. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso



**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**Chefe:** Prof. Dr. Vladimir Chaves dos Santos

**Chefe Adjunto:** Prof. Dr. Cristiano Perius

**CONSELHO ACADEMICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Coordenador: Prof. Dr. Marco Aurélio Oliveira da Silva

Coordenador Adjunto: Prof. Ms. João Hentges

**Comissão Organizadora:**

Prof. Dr. Marco Aurélio Oliveira da Silva (presidente/coordenador)

Prof. Dra. Andrea Luisa Bucchile Faggion

Prof. Dr. Cristiano Perius

Prof. Ms. Evandro Luis Gomes

Prof. Ms. João Hentges

Rosângela A. Scoaris Andrade

**Comissão Científica:**

Prof. Dr. Marco Aurélio Oliveira da Silva (presidente)

Prof. Dr. José Beluci Caporalini

Prof. Dra. Patrícia Coradim Sita

Prof. Dr. Robespierre de Oliveira

## **Apresentação:**

O Simpósio de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá é uma realização anual do Departamento de Filosofia. Em sua quinta edição, o evento se volta, pela primeira vez, à filosofia da linguagem. Serão 5 (cinco) conferências e 14 (quatorze) comunicações tratando filosoficamente de temas relativos à linguagem. Os 19 (dezenove) trabalhos apresentados representam resultados de pesquisas provenientes de diferentes regiões de nosso país, o que caracteriza a abrangência nacional do evento. Também a produção maringaense em filosofia está representada por meio de trabalhos de professores e alunos. Neste sentido, o objetivo de nosso evento é consolidar uma comunidade local voltada ao debate filosófico, mas, ao mesmo tempo, integrá-la à comunidade acadêmica nacional, com o intuito final de elevarmos não apenas a qualidade da discussão filosófica realizada nas escolas e faculdades de Maringá e região, como também o próprio nível cultural de nossa localidade.

Esperamos que todos os participantes de nosso evento – sejam eles conferencistas, comunicadores ou ouvintes – sintam-se em casa em nossa instituição, tomando parte em debates que contribuam para suas respectivas pesquisas ou apenas enriqueçam seu saber filosófico de modo geral. Todos são muito bem-vindos, agradecemos suas presenças e fazemos votos de que retornem sempre.

Maringá, 10 de novembro de 2010.

## **PROGRAMAÇÃO**

**Auditório do Bloco I-12**

**10/11/2010 – quarta-feira**

### **Sessões de comunicações:**

#### **09h00 - Mesa 01: Fenomenologia e Linguagem**

*A linguagem da consciência imaginante em Husserl*

Vanessa Furtado Fontana – doutoranda UFSC

*A linguagem encarnada de Merleau-Ponty*

Aline Câmara Dias - graduanda UEM

#### **10h30 – Mesa 02: Nietzsche e Linguagem**

*Como dizer o que se é: linguagem e “si-mesmidade” no limite de uma terapêutica*

Alexander Gonçalves - mestrando UNIOESTE

*“Teoria da linguagem” em Nietzsche?*

Marco Antonio Cardoso - graduando UEM

#### **14h30 – Cerimônia de Abertura Oficial**

#### **15h00 – Conferência de Abertura:**

*Regularidade e contrafatorialidade no tratamento humano da causação*

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques – UNICAMP

11/11/2010 – quinta-feira

**Sessões de comunicações:**

**08h30 – Mesa 01: A Semântica Transcendental de Kant**

*A semântica transcendental de Kant e as inovações científicas do final do século XVIII*

Rodrigo Augusto Rosa - mestrando UNICAMP/FAPESP

*Kant e a linguagem repleta de símbolos*

Fabiano Queiroz da Silva - doutorando UNICAMP

*Sobre a sensificação do conceito de progresso moral do indivíduo no pensamento tardio de Kant*

Ricardo Machado Santos - mestrando UNICAMP/CNPq

**10h30 – Mesa 02: Filosofia da Linguagem e Filosofia da História**

*Voltaire, o finado Bazin e seu sobrinho: uma filosofia da História a seis mãos?*

Prof. Leandro de Araújo Sardeiro - UESPI

*O conceito de conceito no prefácio da Fenomenologia do Espírito (ou espírito e linguagem)*

Lucas Alves Marinho - mestrando UFOP

**14h00 – Conferência:**

*A teoria kantiana da verdade e as semânticas contemporâneas*

Prof. Dr. Zeljko Loparic – UNICAMP/PUC-SP

**16h00 – Conferência:**

*Formas de sensibilidade contextual*

Prof. Dr. Marco Ruffino – UFRJ/CNPq

12/11/2010 – sexta-feira

**Sessões de comunicações:**

**08h30 – Mesa 01: Linguagem e Conhecimento**

*Platão: referência e influência na filosofia da linguagem*

Ricardo Juliano Staiger - graduando UEM

*Proposições enquanto fatos: a concepção de figuração no Tractatus Logico-Philosophicus*

Fernando Spósito Yokoyama - graduando UEM

*Philip Kitcher e a referência dos termos teóricos*

Prof. Tales Carnellosi Lazarin - FACESPI/doutorando UFSCar

**10h30 – Mesa 02: Filosofia Moderna da Linguagem**

*O nominalismo lógico de Pascal*

Prof. Dr. Rodrigo Hayasi Pinto - UEM

*As causas físicas e morais do nascimento da linguagem: uma análise do Ensaio sobre a origem das línguas de Rousseau*

Prof. Dr. Renato Moscateli – UEM

**14h00 – Conferência:**

*As cinco antropologias kantianas e a teoria do juízo*

Prof. Dr. Daniel Omar Perez – PUC-PR/CNPq

**16h00 - Conferência:**

*Escorço lógico-filosófico da teoria das modalidades: passagens de Aristóteles a Kripke*

Prof. Ms. Evandro L. Gomes – UEM/doutorando CLE-UNICAMP

# Resumos

## *Como dizer o que se é: linguagem e “si-mesmidade” no limite de uma terapêutica*

Alexander Gonçalves - mestrando UNIOESTE

Esta comunicação tem por objetivo geral apresentar a questão da linguagem sob a luz do projeto construtivo condizente ao último período da filosofia de Nietzsche. No âmbito específico, propomos averiguar até que ponto o estilo da escrita nietzschiana está vinculado ao projeto filosófico do “como tornar-se o que se é” (*Wie man wird, was man ist*). A crítica nietzschiana da linguagem provocou o desassossego no campo da teoria da comunicação ao desarticular os pressupostos metafísicos que desde a origem do pensamento ocidental deram suporte aos “mundos verdadeiros” e “aparentes” narrados desde a aurora do pensamento ocidental. No entanto, ao revelar a partir do argumento fisiológico a condição gregária da linguagem, Nietzsche colocou a si mesmo diante de um paradoxo: como dizer o indizível? Ou seja, como comunicar pensamentos únicos, estados emocionais, afetos e disposições pessoais na linguagem, um elemento que por natureza pertence ao registro do rebanho e do universal? Em suma, como dizer o que se é? De fato, a abordagem crítica dos primeiros escritos por se encontrar estritamente no âmbito da negação parece não dar conta de escapar a esse paradoxo, para o qual foi necessário então ultrapassá-la rumo à positividade. Tal positividade, no entanto, não se sustenta a partir de critérios ontológicos, lógicos ou epistemológicos. Positivo aqui quer dizer afirmativo: dizer sim ao que se é; amar-se como destino; enfim, afirmar a vida em seu trágico e antagônico (*Gegensatz*) vir a ser. Neste sentido, a linguagem é tomada por Nietzsche como um organismo responsável por comunicar a “si-mesmidade” ao mesmo tempo em que é vislumbrada como uma terapêutica, pois, sendo expressão de um estado interior ela não exige do leitor a postura altruísta de perda da “si-mesmidade” e acolhimento do próximo na escrita, o que indicaria, segundo o filósofo, a degenerescência da vida; pelo contrário, ela pretende realizar no leitor um saudável

egoísmo, uma vigorosa liberdade necessária à sua perene busca de si mesmo. Em suma, “ver como o belo o necessário” na leitura, o que significa em última análise, tornar-se o que se é através de uma escrita, sobretudo, da sua escrita: eis a recomendação de um “médico-filósofo” que com seus livros não quer dizer outra coisa senão “o que se é”.

### ***A linguagem encarnada de Merleau-Ponty***

Aline Câmara Dias - graduanda UEM

Segundo Merleau-Ponty a tradição filosófica se propôs a encontrar uma linguagem pura, perfeita livre de enganos, ambiguidades, tentaram purificar a linguagem para que de forma eficiente ela pudesse servir os propósitos da ciência e da filosofia. Para a ciência vítima do objetivismo, a linguagem se reduz à emissão de sons, um amontoado acústico de uma ciência natural. Assim ela se reduz a um sistema econômico e convencional de signos uma que possibilita aos homens uma existência comum. Para a filosofia vítima do subjetivismo, a linguagem é uma forma ineficiente, imperfeita, de traduzir o pensamento filosófico, os filósofos se preocuparam em purificar a linguagem para que ela pudesse traduzir coerentemente as idéias verdadeiras, ou seja “vestir” corretamente a roupagem das idéias verdadeiras. Nessa medida, a tradição filosófica e a ciência não alcançaram a dimensão expressiva da linguagem. A palavra é criação de sentido, a linguagem encarna significações, ela é “ato de significar”, cultiva e media a intersubjetividade entre os homens, consolidando os significados que formam uma cultura. Para Merleau-Ponty a única maneira de compreender a linguagem é “instalar-se nela e exercê-la”, se faz necessário alojar-se na linguagem, pois a linguagem é pulsante, viva, ela requer de nós prática, vivência, para podermos dela ter a compreensão.

Linguagem, intersubjetividade encarnada, corpo, mundo revelam que o real transborda sempre, o sentido ultrapassa os

conceitos (filosofia) e os dados (ciência). A percepção revela o mundo como o que não está presente, mas que também não está ausente, revela o mundo que está latente, transcendente. A linguagem e a pintura surgem como a experiência reveladoras dessa latência do mundo e dessa transcendência do real, sempre aquém e além dos conceitos e dos dados. Mostrar então os enigmas da linguagem e os enigmas da pintura é o que se pretende, mostrando assim também como a pintura e a linguagem podem ser experiências reveladoras do mundo latente.

### ***As cinco antropologias kantianas e a teoria do juízo***

Prof. Dr. Daniel Omar Perez – PUC-PR/CNPq

Diferentes comentadores da obra de Kant sustentam interpretações diferentes sobre o lugar e o estatuto que ocupam a antropologia e as questões referentes à natureza humana na filosofia transcendental. Assim sendo, a antropologia é compreendida como transcendental, empírica, moral, pragmática, prática aplicada e até mesmo como um mero manual de aula. Da mesma forma, pode-se ver que as questões referentes à natureza humana são consideradas como fundamentais, acessórias, um mero retrocesso ou absolutamente marginais em relação com a filosofia transcendental. A variedade de interpretações se sucede no tempo e aparece na simultaneidade das diferentes pesquisas.

Norbert Hinske (1966) afirma que a antropologia é uma ciência subordinada e de eficácia questionável. Frederick Van de Pitte (1971) sustenta que Kant desenvolveu na sua filosofia crítica uma concepção completa do homem e do seu lugar na realidade. Porém, apesar de importante, este não é o único ponto de contato entre antropologia e sistema da filosofia transcendental. Durante toda a época de desenvolvimento dos estudos da filosofia crítica até sua maturidade, os escritos kantianos revelariam numerosos pontos

onde encontramos questões antropológicas. Monika Firla (1981) distingue três tipos, ou modos, de antropologia e da sua relação com a filosofia moral, a saber, empírica, transcendental e aplicada. Allen Wood (1999) vincula os estudos antropológicos à filosofia prática, deixando claro o lugar decisivo dos conhecimentos da natureza humana para a filosofia transcendental. Nesse sentido, Wood (1999, 194) escreve: “Uma característica importante da concepção kantiana da antropologia prática é que ela é considerada como parte da filosofia moral ou prática, e não da filosofia teórica”. E mais ainda: “Nós cometeremos um erro muito grande em relação à teoria de Kant se supusermos que ele pensou que o princípio a priori da moral (em qualquer formulação) pode determinar o que fazer independentemente de tais princípios empíricos de aplicação” (Wood, 1999, 154). Princípios esses acessados apenas com o devido conhecimento do homem. Frank Nobbe (1995) considera a crítica do juízo estético como uma antropologia transcendental. Reinhardt Brandt (1999, 7-20) nega qualquer contribuição da antropologia para a filosofia transcendental. Robert Louden (2000) defende a tese de uma antropologia como ciência empírica (semelhante a conselhos de prudência) que seria parte da moral e uma antropologia moral propriamente dita dentro do que denominou de uma ética impura. Patrick Frierson (2003) defende uma interpretação da antropologia vinculada à filosofia prática, mas com juízos reflexionantes (teleológicos). Brian Jacobs (2003b, 111) escreve:

What Kant means by “anthropology” is hardly unambiguous, and there is some question as to whether one could use the term without also applying one of the many adjectives that Kant uses to differentiate its various forms, such as pragmatic, practical, physiological, empirical, and even transcendental. And because, moreover, the meaning and tasks of anthropology for Kant shift not only over time but also across the topics on which he lectured, one can at best offer only an approximate sense of the discipline for Kant.

Claudia Schmidt (2007, 157) afirma que, durante seu período crítico, Kant desenvolveu quatro distintos e interrelacionados projetos antropológicos, os quais podemos chamar de transcendental, empírico, pragmático e moral. Transcendental anthropology refere aos princípios a priori da racionalidade como pertencentes especificamente ao sujeito humano. Isto não incluiria apenas a estrutura a priori da cognição, mas também da racionalidade prática, quer dizer que refere às condições subjetivas, porém universais e necessárias da experiência cognitiva e prática (Schmidt, 2007, 159-160). Os outros modos de antropologia corresponderiam a projetos específicos de domínios particulares de conhecimentos acerca da natureza humana.

As diferentes pesquisas não só revelam interpretações variadas do texto kantiano, senão também o fato de que não haveria apenas uma, mas várias antropologias kantianas que tratariam a natureza humana de diferentes modos. As distintas interpretações destacam ou privilegiam um ou mais dos seus modos de uso, colocando ênfase em pontos diversos, mas nem por isso algumas das distintas interpretações seriam excludentes. Dito de outra forma, embora alguns comentadores afirmem a existência de um tipo de antropologia, isso não necessariamente significa que excluam os outros tipos de conhecimentos antropológicos, o que nos conduziria a pensar na possibilidade de trabalhos convergentes.

Considerando os resultados obtidos nas pesquisas acima citadas, parte do nosso trabalho consistirá em indagar o significado da noção de antropologia e de natureza humana em Kant. Desta forma, estaremos em condições de definir com maior exatidão o projeto antropológico, definido em uma ou mais antropologias, e o tipo de conhecimento acerca da natureza humana - em cada caso se for preciso -, bem como estabelecer a relação entre a concepção kantiana de natureza humana e teoria do juízo, segundo seu tipo específico. Dito por outras palavras, trata-se de saber se as antropologias nominalmente apresentadas no texto de Kant e recortadas nas interpretações dos comentadores (isto é, transcendental, empírica, moral, pragmática, fisiológica e aplicada)

são possíveis de serem efetivamente desenvolvidas ou não. Da mesma forma, trata-se de saber se as menções de conhecimentos antropológicos e as referências à natureza humana correspondem ou não a algum tipo de conhecimento específico.

### ***Esborço lógico-filosófico da teoria das modalidades: passagens de Aristóteles a Kripke***

Prof. Ms. Evandro L. Gomes – UEM/doutorando CLE-UNICAMP

As modalidades aléticas – necessidade, possibilidade e suas correlatas – figuram na filosofia ocidental desde seus primeiros atos. Parmênides é dos primeiros que a estes conceitos recorre em sua teorização acerca das propriedades do ser, que estrutura-se sobre o arcabouço da demonstração por redução ao absurdo, para a qual concorre uma asserção de impossibilidade. Entretanto, a teoria das modalidades de Aristóteles é que estabelece as bases do debate e dos desenvolvimentos lógico-filosóficos ulteriores. A teoria das modalidades é importante para a filosofia aristotélica, não só em sua lógica, mas em forte associação com sua metafísica. Um dos principais pontos que marcam seu desenvolvimento é o protagonismo das noções de necessidade e possibilidade na explicação da passagem da potência ao ato. As dificuldades inerentes à conceituação das modalidades em Aristóteles, particularmente na definição de possibilidade, é uma das chaves para compreender as dificuldades de interpretação que surgem do *corpus aristotelicum*, especialmente com relação aos futuros contingentes. Dentre os estóicos, o debate acerca das modalidades é importante, especialmente, no contexto da definição do condicional correto e no argumento do Dominador, famoso durante a Antiguidade tardia, e que versa, especificamente, sobre as noções de necessário e possível. As cláusulas modais descritas neste argumento serão cuidadosamente analisadas e retrabalhadas na filosofia medieval. Não obstante, apenas no século XX, na esteira do alvorecer da lógica

contemporânea, no preciso momento em que surgem também as lógicas não-clássicas, é que novas ideias, métodos e teorias modais despontam. Łukasiewicz, Lewis e Kripke figuram entre os principais personagens da história recente das modalidades. Do primeiro, destacamos a proposição das lógicas polivalentes, inicialmente concebidas para prover uma interpretação sensata dos futuros contingentes; do segundo, com Lewis, recebemos os primeiros sistemas modais contemporâneos em que é notório um traço estóico na caracterização da implicação estrita, típica de suas lógicas, da definição diodoriana de condicional correto. Por fim, com Kripke, uma semântica adequada aos sistemas modais de Lewis é decisivamente introduzida. De matiz leibniziana, sua semântica de mundos possíveis é uma poderosa ferramenta lógico-filosófica na abordagem da lógica e das teorias modais em que princípios modais aléticos e não-aléticos estejam em tela.

### ***Kant e a linguagem repleta de símbolos***

Fabiano Queiroz da Silva - doutorando UNICAMP

Neste trabalho, temos por objetivo uma investigação do papel do procedimento analógico, que constitui o núcleo metodológico da simbolização, utilizado por Kant, no tratamento da ideia de inteligência suprema. Com a meta de levar isso a cabo, recorreremos ao *Apêndice à Dialética Transcendental da Crítica da Razão Pura*. Posteriormente, trataremos novamente da mesma ideia, mas, desta vez, não mais no âmbito teórico. A análise será realizada no âmbito prático, e a tese será de equivaler tal ideia ao conceito de Deus. Para tanto, consultaremos as obras *Crítica da Razão Prática e Religião nos limites da mera razão*. Por fim, iremos nos perguntar se é possível falar em um conhecimento analógico de tal ideia, seja no âmbito teórico, seja no prático.

## ***Proposições enquanto fatos: a concepção de figuração no Tractatus Logico-Philosophicus***

Fernando Spósito Yokoyama - graduando UEM

"O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira. O sinal proposicional é um fato" (WITTGENSTEIN, 2001, p. 149). A tese de que a proposição é uma figuração lógica da realidade, de importância crucial no interior da argumentação desenvolvida por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*, traz a noção de que proposições representam fatos por serem, elas mesmas, fatos: um fato que modela outro fato, sendo este último aquilo que deve ser o caso para que a proposição seja verdadeira. Cumpre destacar, na noção de fato, sua complexidade essencial: deve necessariamente ser decomponível em partes, ou seja, composto de elementos mais simples do que ele. Um fato consiste, portanto, no arranjo de suas partes, em estarem seus elementos uns para os outros de uma determinada maneira. Para Wittgenstein, o homem possui a capacidade de afigurar fatos, sendo a proposição uma afiguração verdadeira ou falsa da realidade, e a totalidade das proposições, por sua vez, a linguagem. A proposição é um fato [figurativo] e, como tal, composto de partes mais simples, os elementos da figuração: que estes elementos estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Os elementos simples do fato afigurado, os objetos, são substituídos na proposição pelos elementos simples da figuração, os nomes. Estes últimos, demarcados uns em relação aos outros de uma determinada maneira, reproduzem assim as formas de arranjo dos primeiros. É deste modo que Wittgenstein pretende explicar a natureza do sentido proposicional: a proposição exhibe em si mesma, em ato, a forma daquilo que deve existir na realidade para que ela seja verdadeira, através do modo de articulação de seus elementos; que "algo" é o caso no símbolo, *diz* que esse "algo" é o caso no mundo. Da maneira determinada pela qual se dá a representação

proposicional, o autor do *Tractatus* deriva uma *forma proposicional geral*. O que toda proposição com sentido pode *dizer* é: *as coisas estão assim e assim*; enquanto fato que modela outro fato, o que toda proposição com sentido enuncia, ao representar uma situação possível, consiste numa *descrição* verdadeira ou falsa do mundo.

## ***Regularidade e contrafatorialidade no tratamento humeano da causalção***

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques – UNICAMP

Dentre as várias teorias da causalção correntes em nossos dias, Hume é considerado o inspirador das duas mais influentes e aceitas: a teoria da causalção como regularidade, formulada claramente pela primeira vez por Thomas Brown em 1822, e a teoria contrafatorial, proposta por David Lewis em 1973. Após um breve esboço dos méritos e dificuldades comparativos dessas duas concepções, passo a examinar se o tratamento da causalção realizado pelo próprio Hume corresponderia efetivamente a alguma delas. Mostro que sua primeira definição de causa, associada a suas regras para julgar sobre causas e efeitos, contém elementos que, adequadamente desenvolvidos, permitem enfrentar com sucesso algumas dificuldades tradicionais da concepção regularista da causalção, dispensando os recursos conceituais empregados na abordagem contrafatorial. Assim, podemos propriamente classificar Hume como um defensor da concepção da causalção como regularidade, notando, porém, que o objetivo primário de sua investigação e das definições que propôs não era prover uma análise da causalção enquanto tal, mas da causalção enquanto aprendida por nós, sob forma de nossa capacidade de fazer inferências causais e refiná-las para chegar aos raciocínios causais mais sofisticados exigidos nos assuntos teóricos e práticos da vida.

**Voltaire, o finado Bazin e seu sobrinho:  
uma filosofia da História a seis mãos?**

Prof. Leandro de Araújo Sardeiro – UESPI

François-Marie Arouet, conhecido também como Voltaire, é famoso por ter sido o primeiro grande filósofo do século XVIII a aplicar a filosofia iluminista às análises da História. Com a publicação do seu "Philosophie de l'Histoire" em 1765, o filósofo pretende apresentar uma nova forma de compreensão dos fatos passados, sobretudo no que diz respeito à História antiga. O que se percebe, porém, é que essa discussão é feita no seio do movimento clandestino que se desenvolvia na Europa àquela época. Boa parte dos seus livros é publicada sem que haja a sua identificação. Nesse sentido, o texto de 1765 sai da prensa sob o nome do "finado Bazin". Logo causa muita controvérsia e tem um livro publicado para contestá-lo, o "Supplément à la Philosophie de l'Histoire", de Pierre-Henri Larcher, em 1767. Como a crítica é muita ferrenha, e Voltaire assinara a obra como sendo de um autor já falecido, ele publica uma resposta intitulada "La défense de mon oncle", no mesmo ano, e a assina como sendo de um "sobrinho do finado Bazin". Penso que tudo isso tenha relação muito próxima com a compreensão voltaireana a respeito do "autor". A proposta do filósofo, nesse momento, seria tão somente desenvolver uma discussão cara ao espírito da época, e não seria preciso nada que fizesse referência a ele mesmo nesse momento, pois que as idéias desenvolvidas se justificariam mais pelo efeito na comunidade do que pela identidade do seu autor.

Pensando em tudo isso, pretendo apresentar uma leitura da atividade autoral de Voltaire que considere a discussão do filósofo Michel Foucault em "O que é o autor?". Acredito que uma leitura como essa pode ser relevante por justificar abordagens alternativas de construção da História da Filosofia. Justamente por se tratar de uma obra que não se faz sob os auspícios de algo designado pela função-autor, torna-se difícil compreendê-la a partir de um

parâmetro tão somente estruturalista. E como é próprio da Filosofia Clandestina esse tipo de estratégia, seria de extrema valia essa discussão sobre matrizes alternativas de análise historiográfica. A discussão será feita a partir da correspondência privada de Voltaire, buscando evidenciar uma manipulação intencional do filósofo em prol da sua não-identificação com a obra escrita.

**O conceito de conceito no prefácio da Fenomenologia  
do Espírito (ou espírito e linguagem)**

Lucas Alves Marinho - mestrando UFOP

Trata-se de apresentar uma interpretação da passagem do *pensamento representativo* – o *entendimento* – para a perspectiva do *pensamento racional conceitual*, no sistema hegeliano, como resultado de uma modificação essencial do papel do *signo* linguístico no trajeto histórico da experiência da consciência. Isto conforme a seguinte argumentação:

O *entendimento*, pensamento representativo, é segundo Hegel, indispensável começo de cultura; porque permite suprasumir as coisas singulares, o *isto* da certeza sensível, numa universalidade – um *signo* linguístico. No entanto, o *entendimento* ainda não se realiza como *razão* por uma má compreensão, ou melhor, um manejo deficiente do *signo* como *representação*: que "separa o essencial do contingente" mas como mero correlato *abstrato*. Seus *signos* são apenas "conteúdos de conhecimento" – abstrações incapazes de elevar à universalidade a vinculação efetiva dos objetos.

O que não quer dizer que a passagem do *entendimento* para o *pensamento racional* se fará por uma volta às coisas mesmas na intuição. Não há nada aquém dos *signos* que justifique abdicar desta perspectiva universal, momento necessário do pensamento alcançado pelo *entendimento*. Sua deficiência, o caráter *abstrato* dessa universalidade, deve-se exatamente a uma excessiva proximidade da concretude que faz determinar os *signos*, a despeito

da maior essencialidade destes, da mesma forma compartimentada, parcial, como a sensibilidade experimenta seus objetos.

A superação do *pensamento representativo* rumo à perspectiva da *razão* virá sim como consequência de um mais radical centramento, não no sujeito, tampouco nos objetos, mas nos próprios *signos*; que desdobre aquela universalidade atômica e estática do *entendimento* – porque referida à intuição sensível – numa totalidade dinâmica, efetiva e sistematicamente vinculada – porque insistentemente referida à *linguagem*.

### **“Teoria da linguagem” em Nietzsche?**

Marco Antonio Cardoso - graduando UEM

Nietzsche trata da linguagem em diferentes lugares e momentos. Analisando esse tema procurou-se, neste trabalho, compreender se há uma teoria da linguagem em Nietzsche, ou se o que se apresenta são considerações de caráter crítico – na direção de um projeto filosófico mais amplo. Aliado às questões de linguagem situa-se, de maneira emblemática, a expressão da filosofia de Nietzsche, à forma do aforismo. Com o estatuto da metáfora, além disso, que desconstrói a habilidade típica do conceito, re-aparece o problema da “verdade”, como uma das manifestações da vontade de potência. Do ponto de vista da linguagem, a “hermenêutica” nietzscheana significa, sem mais nem menos, a abertura e a diversidade de leitura de “verdades” múltiplas. Esse é, em linhas mestras, o percurso deste texto.

### **Formas de sensibilidade contextual**

Prof. Dr. Marco Ruffino – UFRJ/CNPq

Uma das questões centrais da filosofia da linguagem contemporânea é o funcionamento semântico dos chamados termos

indexicais, i.e., termos como ‘aquí’, ‘agora’, ‘eu’, etc., cujo referente depende essencialmente do contexto particular de uso. Apesar de ter uma origem semântica, esta questão tem inúmeras consequências fundamentais para a epistemologia, metafísica, teoria da ação e teoria da identidade pessoal. A visão fregeana clássica atribui um sentido e uma referência específicas a cada ocorrência de um indexical. Mas a partir dos trabalhos de David Kaplan e de John Perry nos anos 70 vem se desenvolvendo o que se chama de teoria da referência direta, i.e., a teoria segundo a qual demonstrativos (e indexicais em geral) não têm um sentido fregeano, mas referem-se diretamente a objetos contextualmente determinados. O propósito desta palestra é proporcionar uma visão global da problemática dos indexicais a partir do trabalho de Kaplan e Perry, bem como as principais consequências das mesmas para a filosofia contemporânea.

### **As causas físicas e morais do nascimento da linguagem: uma análise do Ensaio sobre a origem das línguas de Rousseau**

Prof. Dr. Renato Moscateli – UEM

Se no *Segundo Discurso* o genebrino Jean-Jacques Rousseau realizou uma pesquisa filosófica sobre a origem da desigualdade entre os homens, incluindo nela uma descrição conjectural de como teria se dado a passagem do estado de natureza para a vida em sociedade, no *Ensaio sobre a origem das línguas* encontra-se a mesma estrutura de raciocínio como base para investigar um componente específico da civilização, isto é, a linguagem. Ao traçar a história hipotética da gênese da comunicação entre os homens, Rousseau reafirma no *Ensaio* a ideia de que o princípio das artes e dos costumes deve ser buscado nos meios pelos quais se atende à subsistência, meios que são determinados pelo clima e pela natureza do solo, as mesmas causas primordiais que explicam a diversidade

das línguas e a oposição de seus caracteres. Nos capítulos VIII a XI da obra, essa diversidade em função das diferenças ambientais é considerada por meio do contraste entre os povos do norte e do sul, tratando-se de observar como cada um deles adquiriu suas qualidades particulares. Na sequência de sua argumentação, o autor mostra como as mudanças nas sociedades ao longo da história acompanharam-se de transformações substanciais nas formas de expressão dos homens, de modo que os elementos que se poderia chamar de “causas morais” adquirem um peso cada vez mais crucial no processo, até que, no último capítulo do *Ensaio*, Rousseau conclui com algumas reflexões sobre a linguagem e os governos, ressaltando as diferentes relações entre as práticas políticas e as línguas empregadas pelos povos antigos e modernos. Tendo em vista todos esses tópicos, pretende-se fazer uma discussão sobre a maneira pela qual cada um dos tipos distintos de causalidade – física e moral – foi decisivo na definição das características da linguagem na perspectiva de Rousseau.

### ***Sobre a sensificação do conceito de progresso moral do indivíduo no pensamento tardio de Kant***

Ricardo Machado Santos - mestrando UNICAMP/CNPq

O trabalho tem como proposta discutir o conceito de progresso moral do indivíduo na filosofia de Kant, levando em conta a evolução do seu pensamento. Isto é, pretende-se mostrar que da *Crítica da razão prática* (1788) até a *Metafísica dos Costumes* (1798) há uma passagem gradual em direção a uma sensificação do referido conceito, de forma que o progresso deixa de ser pensado como um desenvolvimento rumo à santidade, para a qual se postula a imortalidade da alma, mas passa a ser um progresso rumo à virtude que consiste numa disposição de ânimo específica, a fortaleza moral, e que pode ser realizada dentro dos limites das forças humanas, inclusive por meio da educação (ascética moral). A partir disto,

buscar-se-á pensar tal sensificação à luz da interpretação semântica proposta por Loparic.

### ***Platão: referência e influência na filosofia da linguagem***

Ricardo Juliano Staiger - graduando UEM

As obras de Platão o *Teeteto* e o *Cratilo* se encontram no centro do problema do conhecimento e do problema da linguagem que convergem na obra de Wittgenstein, e por que não dizer que de certo modo essas obras subsidiaram o desenvolvimento histórico da filosofia moderna no que diz respeito ao conhecimento e a linguagem. O *Teeteto* trata do problema do conhecimento, o que é e em que consiste, fala da fluidez dos sentidos, menciona pontos da experiência perceptiva que muito mais tarde poderão ser encontrados no Descartes das *Meditações* (não reduzindo o filósofo a um mero leitor de Platão, nem deixando de levar em conta todo o movimento de seu pensamento). Inaugurando a teoria do conhecimento que a filosofia moderna deve sobretudo a Kant mas que Heidegger observará que deriva na compreensão do ser esboçado nos diálogos platônicos e depois sistematizada na metafísica de Aristóteles. Enquanto o *Cratilo* trata da origem dos nomes, trabalhando conceitos como nomes e proposições, o que em certa medida lembra o *Tractatus* de Wittgenstein. Mas este relacionamento histórico da filosofia moderna com sua fonte platônica é só para mostrar de onde provêm as possibilidades conceituais que alimentaram as tendências predominantes da reflexão filosófica. Na última parte do debate entre Sócrates e Teeteto, depois que se definiu conhecimento como opinião verdadeira, se revela a perspectiva de que o exame do problema (o que é o conhecimento?) está na idéia de que o conhecimento não pode ser considerado independente da linguagem. Analisar o

conhecimento é analisar a linguagem, criticá-lo é criticar certa modalidade da linguagem.

### ***O nominalismo lógico de Pascal***

Prof. Dr. Rodrigo Hayasi Pinto – UEM

A intenção do presente trabalho é operar uma discussão ao nível da filosofia da linguagem, a partir do opúsculo de Blaise Pascal (1623-1662), intitulado “Do Espírito Geométrico e da Arte de Persuadir”. Nesse opúsculo, o pensador francês defende a idéia de uma concepção científica, que tem como modelo a geometria. A geometria pode ser considerada um modelo legítimo para o conhecimento porque parte de axiomas indefiníveis e indemonstráveis, a partir dos quais é possível derivar outras proposições ou teoremas.

Segundo Pascal, a intuição da verdade dos princípios indemonstráveis da geometria provém do âmbito do sentimento, ou aquilo que o filósofo vai chamar de “coração”. A fundamentação do conhecimento efetivada pelo coração trará uma série de conseqüências, mas a principal delas é que para Pascal, a metafísica não será mais a responsável por fixar o conhecimento em bases fixas e seguras. Na medida em que não podemos definir os princípios, por meio do aparato lógico-discursivo, a definição da natureza dos princípios do conhecimento estará ausente do âmbito epistemológico.

Há determinados limites operando na esfera do conhecimento. A tarefa do pensamento é produzir um conhecimento eminentemente lógico e discursivo a partir dos axiomas indemonstráveis, sem se importar com a definição da natureza de seus objetos. Assim, cabe à ciência fazer apenas definições nominais e não relacionados à essência dos objetos definidos:

Somente reconhecemos em geometria as definições que os lógicos chamam definições de nome, quer dizer as

imposições de nome às coisas que claramente designamos em termos perfeitamente conhecidos; e eu somente me refiro a essas. (...) Pois as definições somente são feitas para designar as coisas que se nomeia, e não para mostrar-lhes a natureza (Pascal, 1963, pp. 349-350).

É possível constatar, portanto, como conseqüência da fundamentação epistemológica em Pascal, aquilo que podemos chamar de uma espécie de “nominalismo lógico”. O conhecimento, para ser efetivado, deve produzir apenas definições de nomes e não de coisas. Dessa maneira, o objetivo de nossa comunicação é tentar mostrar que, embora Pascal seja um pensador francês ligado à tradição racionalista, suas reflexões indicam alguma semelhança com o empirismo inglês, principalmente no que tange ao nominalismo professado por John Locke.

### ***A semântica transcendental de Kant e as inovações científicas do final do século XVIII***

Rodrigo Augusto Rosa - mestrando UNICAMP/FAPESP

O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre os princípios transcendentais do entendimento e os princípios metafísicos da natureza de 1786 e do *Opus Postumum*. Em *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786) Kant caracteriza os princípios transcendentais do entendimento como constituintes de uma natureza em geral, ao passo que os princípios metafísicos da ciência da natureza devem ser entendidos como constituintes de uma metafísica corpórea. Em consonância com a interpretação semântica da filosofia crítica de Kant, entendemos que os princípios do entendimento explicitam a forma que todas as leis empíricas devem possuir a fim de possuir referência objetiva. Isso é assim porque os princípios transcendentais do entendimento constituem a forma de todos os objetos possíveis. Já as leis *a priori* do movimento são princípios metafísicos elaborados a partir do conceito *dado* de

matéria definido pelas forças fundamentais de atração e repulsão. Como entendemos Kant, as leis mecânicas elaboradas segundo o conceito dinâmico de matéria são o fundamento sistêmico que permitem aplicação das leis empírico-matemáticas aos corpos físicos naturais. Os princípios transcendentais do entendimento garantem que tais leis empíricas são significativas na medida em que as relações mecânicas entre os corpos (composição do movimento), a partir das quais as leis empíricas são elaboradas, estão de acordo com as analogias da experiência. No entanto, no *Opus Postumum* Kant reformula a sua teoria da matéria. Consciente dos grandes avanços na química, Kant elabora uma teoria da matéria para fundamentar não apenas a composição do movimento dos corpos (como no caso das forças fundamentais de 1786), mas também fundamentar as interações químicas. A questão que queremos apenas apontar em nosso trabalho é a seguinte: o domínio da experiência possível, a partir dos princípios transcendentais do entendimento de 1781, é capaz de abranger as novas relações químicas apenas pensadas e esboçadas por Kant em 1799? Dito de outra maneira, a semântica transcendental consegue garantir *a priori* a significação das novas leis visadas por Kant no *Opus Postumum*?

### ***Philip Kitcher e a referência dos termos teóricos***

Prof. Tales Carnelossi Lazarin - FACESPI/doutorando UFSCar

É célebre a tese compartilhada por Kuhn e Feyerabend de que, com a substituição de uma teoria científica, o significado dos seus termos seria redefinindo, e em consequência também a relação de referência – isto é, da perspectiva atual, os termos das teorias superadas não se referem. Philip Kitcher tenta confrontar essa tese, baseada em uma concepção ‘descritivista’ da referência, recorrendo a uma concepção alternativa, histórico-causal, desenvolvida por Kripke e Putnam. Kitcher estuda o caso de Joseph Priestley, supostamente o primeiro cientista a isolar o oxigênio, mas que então

esposava a teoria do flogisto, hoje reconhecidamente falsa, tendo batizado o gás como ‘ar desflogisticado’. A questão é como a referência poderia ser mantida mesmo com a modificação da descrição do termo (ou mesmo com a troca do seu nome...) por teorias subsequentes. Kitcher considera que os termos têm potenciais de referência distintos a depender do contexto e da intenção daqueles que os expressam, entendendo que há ao menos dois ‘modos’ de referência: o descritivo e o causal. Assim, ao mencionar o gás descrevendo suas propriedades pela teoria do flogisto, Priestley estaria usando o ‘modo descritivo’, não se referindo a nada; porém, quando sua intenção foi mencionar o agente causal responsável por certos efeitos (“a respiração mais leve”), o modo causal estaria sendo empregado e a referência seria fixada ao gás. Por esse entendimento, a referência dos termos de teorias científicas que denotam entidades que não são diretamente observáveis (e.g. elétrons, campos eletromagnéticos, genes...) poderia ser mantida mesmo com a substituição das teorias que os mencionam.

### ***A linguagem da consciência imaginante em Husserl***

Vanessa Furtado Fontana – doutoranda UFSC

O trabalho pretende investigar a linguagem na via específica da consciência imaginativa. O intuito é mostrar o modo de linguagem oferecida por esta vivência significativa, neste caso trata-se de mostrar como a significação imaginante apreende e descreve o mundo. Para a consciência no modo da imaginação o sentido do mundo é transmitido como irrealidade, isto é, a essência de um ato imaginante e um correlato imaginado é a sua característica fundamental de ser uma intencionalidade no modo do *como se*. Cabe investigar se irrealizar e idealizar tem o mesmo sentido na teoria da lógica. Nas Investigações Lógicas é afirmada a teoria da lógica enquanto teoria do sentido ou significação. Husserl usa os termos

*Sinn* e *Bedeutung* para indicar a unidade ou essência do vivido intencional. Na fenomenologia a intencionalidade é o guia para se estudar a questão da linguagem, logo compreender o sentido irrealizante da imaginação é compreender as nuances da linguagem na ciência fenomenológica. Nesta obra, na primeira investigação, a questão é mostrar a diferença da linguagem natural e a linguagem ideal. Conforme a argumentação husserliana, a vivência imaginativa permite, mais facilmente, o alcance da apreensão da significação pura dos vividos da consciência, se comparada com a percepção. Na obra XXIII, o problema central é tratar das três principais intencionalidades, a fantasia, consciência de imagem e memória. Husserl estabelece uma distinção nas funções do apreender da consciência de imagem e da consciência de signo, uma é apreensão imanente e outra simbólica. A apreensão imanente é a apreensão em imagem e perceptiva, ela tem o caráter de uma imagem interna, pois mostra outro objeto no interior da imagem. Já a apreensão simbólica, na consciência de signo o significar é totalmente diferente do significado, ou seja, o olhar que visa é enviado para fora do símbolo. A imagem da fantasia, que tem a característica própria e diferente da imagem da consciência de imagem, é uma consciência totalmente separada do campo perceptivo, a imagem do centauro flutua em direção ao espírito, ou seja, também não está na mente, o significar ou a essência do ato de fantasiar é ver como se, como se fosse real, ou ainda irrealizar. O fantasiado, o vivido noemático da fantasia, tem por significação pura a essencialidade ser irreal ou um nada, por apontar um algo sem existência no mundo ou mesmo na mente.

### ***A teoria kantiana da verdade e as semânticas contemporâneas***

Prof. Dr. Zeljko Loparic – UNICAMP/PUC-SP

O trabalho propõe-se, na sua primeira parte, a esboçar a teoria kantiana da referência dos conceitos, empíricos e puros, e da

verdade dos juízos sintéticos teóricos em geral, parte central da semântica kantiana elaborada na Analítica Transcendental. Atenção especial será dada aos seguintes pontos: 1) motivação do projeto crítico de Kant, 2) esquematismo empírico e transcendental, 3) verdade transcendental dos juízos teóricos a priori filosóficos, 4) maneira como a verdade transcendental possibilita que todos os outros juízos sintéticos teóricos, tanto a priori como empíricos, sejam determinadamente verdadeiros ou falsos e, por conseguinte, em princípio decidíveis, 5) solução semântica das antinomias da razão. Em seguida, esses pontos serão discutidos à luz da filosofia contemporânea, recorrendo-se 1) às teorias semânticas da verdade (Tarski, Carnap e Davidson), 2) às teorias da verdade desenvolvidas pela filosofia da ciência (Kuhn, em particular).